

**Governo do Estado de Pernambuco****Secretaria Estadual de Cultura****25ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural.**

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro de 2018, na Casa de Oliveira Lima, atual sede dos Conselhos Estaduais de Cultura, as 14h40, teve início a vigésima quinta reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC-PE, segunda no ano de 2018. Presentes na reunião, conforme lista de presença, o(a)s seguintes conselheiro(a)s: **Sociedade Civil (titulares)**: Vania Avelar de Albuquerque – Arquitetura e Urbanismo, Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato, Masayoshi Matsumoto – Gastronomia, Juliana de Albuquerque Silva – Literatura, Paula de Renor – Teatro, Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – Pontos de Cultura, Lucas Alves Vasconcelos – Zona da Mata; **Sociedade Civil (suplentes)**: Maria do Livramento Aguiar – Artesanato, Maria Adelia Pessoa Collier – Design e Moda, Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música; **Poder público (titulares)**: Márcia Maria da Fonte Souto – Fundarpe, Nelino José Azevedo de Mendonça – Secretaria de Educação, Jurema Regueira Arabyan Monteiro Rosa – Sec. Ciên. e Tec., Magdalena Maria de Almeida – Universidade de Pernambuco, Félix Galvão Batista Filho – Arquivo Público; **Poder público (suplentes)**: Maria Antonieta da Trindade Gomes Galvão – Fundarpe, Silvana Lumachi Meireles – Secult, Mariana Ramos Barbosa Pontual – Sec. Just. e Dir. Humanos, Sandra Maria Pagano – Sec. Des. Econômico. Na pauta da reunião: 1- Aprovação das atas das reuniões anteriores; 2- Apresentação da logomarca do Conselho; 3- Página no Conselho no Portal Cultura PE; 4- Panorama dos Grupos de Trabalhos; 5- Comissão de eleição do CEPC-PE; 6- Lei 14.104; 7- Infraestrutura do Conselho. Os trabalhos foram iniciados com a mesa composta pela Presidente do CEPC **Paula de Renor** e pela Secretária do CEPC, **Silvana Meireles**. A Presidente do CEPC, **Paula de Renor** iniciou a sessão com o pedido de aprovação das Atas nº 19, 20, 21, 22/2017 e 24/2018, respectivas aos meses de agosto, setembro,

outubro e novembro de 2017 e janeiro de 2018. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar**, perguntou sobre a pauta da infraestrutura do CEPC-PE, explicou que estava sendo demandada por Conselhos Municipais e que não havia condições de dar suporte para aqueles, visto o CEPC-PE não ter uma organização que estabelecesse horários de funcionamento para utilização da “Casa dos Conselhos”, que para a instalação das comissões setoriais haveria deveria haver previsão de horários de funcionamento daquele espaço físico. Ressaltou que o CEPC-PE deveria deliberar acerca da política de cultura e que para tal seria necessário planejar o orçamento do Conselho; manifestou a preocupação com o encerramento do mandato dos conselheiros e a abertura do processo eleitoral para composição do novo CEPC-PE; ressaltou a conclusão de um processo de grande importância, o do Plano Estadual de Cultura, mas ponderou ser necessário avançar como Conselho. A conselheira suplente de Design e Moda, **Adélia Collier**, observou que, além da aprovação das atas das reuniões anteriores, era necessário dar continuidade às atividades do CEPC-PE, aos produtos dos GTs, com acompanhamento e feedback de suas deliberações e demais demandas. A Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, informou aos conselheiros presentes sobre as atas pendentes das reuniões ordinária e extraordinária ocorridas em dezembro; alertou sobre as lacunas de informações da 22ª ata a serem complementadas pelos conselheiros e questionou a leitura das atas, visto a escassez de respostas aos e-mails enviados aos conselheiros; alertou que os nomes dos conselheiros eram marcados em negrito no corpo do texto, de forma a sinalizar o local de fala de cada um e sugeriu que todos conferissem suas falas, a fim de evitar equívocos. Não havendo considerações dos conselheiros acerca das atas apresentadas, sugeriu à Presidente e ao colegiado a sua aprovação. A respeito da colocação da conselheira **Adélia Collier** acerca dos GTs, lembrou a todos que a Gerente de Planejamento da Secult, Fernanda Matos, já apresentara o panorama dos GTs em janeiro/2018 e que naquela data atualizaria a apresentação. Informou a descontinuidade de alguns GTs em virtude da ausência dos representantes da sociedade civil nas reuniões e a publicação das atas na página do CEPC-PE no Portal Cultura PE. Em seguida, a Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, submeteu ao colegiado as atas apresentadas, com subsequente aprovação. A Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, iniciou a apresentação do primeiro item da pauta, o *Panorama dos grupos de trabalho*. Com relação ao GT-1

de reestruturação dos Ciclos e Festivais a conselheira titular de Literatura, **Juliana Alburquerque**, pontuou que só houvera uma reunião. A Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, solicitou a retomada dos trabalhos do GT-4 que trata do aprimoramento do Funcultura a partir de março e ressaltou a importância de ampliar a participação dos conselheiros no referido GT ainda que de forma esporádica, pelo tema ser do interesse de todos os segmentos. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar**, opinou que o formato do Funcultura estava definido, mas que, como opinara a conselheira **Paula de Renor** em outras ocasiões, alguns de seus processos estruturais precisavam ser modificados; colocou que o aprimoramento do Funcultura exigia uma atenção maior do Conselho que extrapolava as ações do GT e sugeriu que o CEPC-PE repensasse seu papel no tema. A Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, fez considerações acerca do período restante do mandato e afirmou ser necessário elencar prioridades até o final daquela gestão do CEPC-PE. A conselheira titular de Literatura, **Juliana de Albuquerque**, falou sobre a complexidade das questões relativas ao Funcultura e da necessidade da presença de um representante de cada linguagem no debate dessas questões, visto ser do interesse comum de todos os segmentos representados no CEPC-PE. A Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, ponderou ser difícil propor alterações do Funcultura quando as reuniões do GT eram compostas, em sua maioria, pelo corpo técnico da Secult/Fundarpe e alguns poucos conselheiros, opinando ser indispensável maior participação e adesão dos representantes dos segmentos na discussão. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento Aguiar**, ponderou que a questão do Funcultura era uma pauta política e que o CEPC-PE tinha como uma de suas funções primordiais deliberar sobre a política e o orçamento da cultura e referiu ter observado que na maior parte das atividades e discussões do CEPC-PE no ano de 2017 o Conselho teria se posicionado apenas tecnicamente; refletiu que era preciso estar debruçado sobre a política para os segmentos e suas transversalidades, sendo preciso discutir politicamente os interesses da sociedade. A secretária do CEPC, **Silvana Meireles**, concordou com as falas das conselheiras **Paula de Renor** e **Maria do Livramento**, e reforçou que uma das dificuldades de se avançar nas mudanças estruturais do Fundo poderia, em parte, ser atribuída a falta de participação dos conselheiros; complementou refletindo que as reuniões se tornavam operacionais por falta de quórum de representação da sociedade civil e sugeriu que os conselheiros

fizessem uma reunião para avaliar o Funcultura na perspectiva de cada segmento e propor as alterações consideradas necessárias; que eles se ativessem aos princípios norteadores da política cultural, que utilizassem o Plano Estadual de Cultura como norte, visto o alto índice de aprovação da primeira minuta nas pré-conferências, que a partir daqueles parâmetros poderiam surgir mudanças no Fundo significativas e exequíveis. Sugeriu também que as reuniões gerassem proposições articuladas com as equipes da Secult/Fundarpe e que os conselheiros sugerissem participantes e colaborassem nas articulações das reuniões, lembrando que o acordo firmado no Seminário de Planejamento do Conselho era de que a coordenação dos GTs fosse dos conselheiros, o que, na prática, não ocorrera, salvo em alguns casos, como no GT de formação. Solicitou aos conselheiros que quisessem se integrar a algum GT manifestar seu interesse por e-mail. A Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, sugeriu que antes da retomada dos trabalhos dos GTs houvesse a alteração do seu formato, possibilitando a incorporação e participação dos conselheiros: whatsapp, e-mails, reuniões presenciais ou virtuais. A conselheira titular de Literatura, **Juliana Albuquerque**, citou como exemplo de temas ligados a questão da política cultural o GT de Ciclos, Festivais e Festividades, afirmando que se houvesse continuidade dos trabalhos, seus resultados afetariam todos os processos relativos a editais e apoios da Secult/Fundarpe. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, referiu-se ao debate sobre o Funcultura ocorrido no âmbito da programação do Porto Musical e ao compromisso do Superintendente do Funcultura, Gustavo Araújo assumido naquela ocasião de realizar o seminário do Funcultura, iniciativa que o conselheiro julgava importantíssimo para o segmento de música, solicitando que aquele compromisso não fosse esquecido e sugerindo sua realização ainda no primeiro semestre de 2018, de forma a não gerar conflito com o lançamento do edital. A Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, perguntou qual o formato do citado seminário, se seria único, aberto para todas as linguagens ou por segmento, e lembrou que a retomada do GT do Funcultura estava prevista para março. Em resposta, o conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, sugeriu um seminário para cada um dos 3 editais. Em seguida, o conselheiro titular de Música, **Newton Caivano**, informou que o seminário fora cancelado porque as apostilas não tinham ficado prontas a tempo. A secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, esclareceu se tratar de ações distintas, que o conselheiro **Guilherme**

**Moura** referira-se ao seminário de discussão do Funcultura, e que o conselheiro **Newton Caivano** à capacitação do Funcultura; queo último era um seminário de treinamento e difusão e o outro de reflexão sobre a distribuição dos recursos do Funcultura. O conselheiro titular da Zona da Mata, **Lucas Alves**, explicou que as dificuldades dos conselheiros do interior em participar das atividades se davam por falta da ajuda de custo, apontando que o custo era muito alto para os conselheiros se deslocarem e se manterem no Recife e que ele já fora mais participativo mas por problemas financeiros e familiares não conseguira mais ser tão frequente. Em relação aos GTs, opinou que o problema de participação se manteria se não fosse resolvida programação financeira para o CEPC-PE e sugeriu que a Fundarpe disponibilizasse um carro para a locomoção dos conselheiros do interior para o local reuniões no Recife. A Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, sugeriu pensar em outras formas de compartilhar informações e realizar discussões entre os conselheiros, garantindo a continuidade dos trabalhos e, simultaneamente, avançar na solução das dificuldades apresentadas para o comparecimento às reuniões. O conselheiro titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge**, refletiu sobre a existência do Funcultura ser anterior ao CEPC-PE e que como Fundo vinculado ao sistema de cultura deveria ter previsão orçamentária para financiamento do CEPC-PE. Mencionou que a estrutura disponível para o CEPC-PE pertencia à Secretaria de Cultura e que esta não estaria disponível para as necessidades reais do CEPC-PE, seja no tocante aos equipamentos ou mesmo o acesso à “Casa dos Conselhos”. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, citou ter atendido membros do Conselho Municipal de Jaboatão, em um bar, por não ter tido acesso à “Casa dos Conselhos”. A conselheira suplente de Design e Moda, **Adélia Collier**, perguntou sobre o andamento do processo de ajuda de custo para os conselheiros da sociedade civil do CEPC-PE. A Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, informou que o processo referente à ajuda de custo encontrava-se em análise na Secretaria de Administração, por ser de competência daquela Secretaria a implantação dos gastos com recursos humanos no orçamento, ainda que compusesse a folha de pagamento da SECULT; lembrou que durante o debate sobre a lei de criação do CEPC-PE na ALEPE, uma parcela dos presentes discordava de pagamento de jeton para aquele Conselho por entender a participação como um ato de cidadania, diferentemente do CEPC-PE, cuja ajuda de custo constava da proposta de sua

criação, pelas características técnicas dele e apontou a crise econômica como uma dificuldade adicional, que provocara o contingenciamento de despesas e a inserção de novas rubricas no orçamento do estado e, a título de esclarecimento, explicou sinteticamente as etapas de elaboração do orçamento da Secult. Ao conselheiro **Nivaldo Jorge**, esclareceu que o Funcultura é um fundo de financiamento da produção cultural independente, que a parcela governamental dele é destinada a projetos culturais, que a manutenção dos conselhos estaduais de cultura é da responsabilidade da SECULT e tais custos devem constar do orçamento direto da Secretaria; que a previsão de gastos anuais com os três conselhos no exercício de 2018 era de R\$100 mil mas que apenas foram liberados R\$ 3 mil; que o Secretário estava contestando aquele valor. Quanto ao funcionamento da Casa dos Conselhos solicitou aguardar a chegada de Severino Pessoa, chefe de gabinete do Secretário e coordenador daquele equipamento, para prestar os esclarecimentos relativos a horários e atendimento das necessidades do CEPC-PE. O conselheiro titular de Música, **Newton Caivano**, colocou ser inadmissível que o CEPC-PE tivesse um orçamento aprovado muito inferior ao de cidades muito pequenas do interior de PE, que a dotação orçamentária destinada à manutenção do CEPC-PE relatada por **Silvana Meireles** era inadequada, concluiu apontando a falta de sensibilidade e de compreensão do que é o trabalho da cultura no estado pelas pessoas responsáveis pelos cortes. A Secretária do CEPC-PE, O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Moura**, perguntou se o edital do FIG havia sido lançado, sendo informado pela Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, que o edital ainda não fora publicado e que a reunião marcada pelo CEPC-PE com o coordenador do festival, André Brasileiro, para discutir aquele instrumento não contou com uma participação significativa dos conselheiros. Dando continuidade à apresentação dos GTs, **Silvana Meireles** informou que o GT do PLLLB teve sua última reunião cancelada por falta de quórum e que esse plano estava sendo elaborado em paralelo ao PEC. A conselheira titular da UPE, **Magdalena de Almeida**, comentou sentir falta dos encaminhamentos relativos a cada uma das temáticas, visto nenhum dos assuntos tratados ser estancado e que seria necessária a adoção de procedimentos que possibilitassem o andamento das proposições resultantes dos GTs que já foram finalizados. Sugeriu que o Conselho se posicionasse formalmente em relação a isso, apontando que o problema de continuidade dos GTs não era devido apenas à ausência



dos conselheiros, mas que era preciso se discutir o motivo pelo qual os conselheiros estavam se ausentando das atividades; que em sua análise, o trabalho dos GTs foi bem sucedido visto muitos terem sido finalizados e/ou estarem em andamento; que o formato estabelecido para os GTs foi o único possível para aquele momento de implantação do CEPC-PE e que a exemplo das pautas prioritárias definidas no seminário do CEPC-PE, no momento atual o assunto urgente era o do orçamento que proveria a estrutura necessária para Conselho dar andamento às suas ações. Concluiu expressando sentir falta da formalização das ações do CEPC-PE com a expedição de documentos deliberativos, por exemplo. A conselheira suplente de Design e Moda, **Adélia Collier**, lembrou que foram sugeridas publicações, ou outras formas de divulgação da produção do CEPC-PE. A secretária do CEPC, **Silvana Meireles**, dando continuidade à apresentação, citou que GT 10 que tratava da IV CEC PE, que a última reunião da comissão organizadora não fora realizada por falta de quórum da sociedade civil; que fora informada, da impossibilidade da participação da conselheira **Tereza de França**, por motivos de saúde, e consultou os conselheiros presentes sobre sua substituição. O conselheiro titular de Música, **Newton Caivano**, sugeriu que o CEPC-PE produzisse nota de consideração ao Conselheiro **Jocimar Gonçalves**, por motivo de falecimento de seu pai. Com a palavra, relatou problemas acontecidos na PCR de Palmares, de abandono daquela Pré-Conferência por, no ato do credenciamento, não terem encontrado sua inscrição, ainda que afirmassem, terem-na realizado pela internet. A secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, lamentou o relato posterior do conselheiro **Newton Caivano** visto que problemas daquela natureza terem sido resolvidos prontamente, por competência regimental, pela Comissão Organizadora em outras PCs. Dando continuidade à apresentação, **Silvana Meireles** explicou que o GT 13, que tratava da eleição do CEPC-PE teria seus trabalhos conduzidos por uma comissão a ser definida ainda naquela reunião e sob coordenação de **Severino Pessoa**, da SECULT. A respeito GT 14, de regionalização e simplificação dos editais, opinou que esse deveria ser redirecionado pelo CEPC-PE, com a definição de princípios norteadores ancorados nas demandas e necessidades dos segmentos. Acerca do GT 15, de intercâmbio, informou a não liberação orçamentária pela Secretaria da Fazenda-SEFAZ. No tocante ao GT 16, de reativação dos fóruns, referiu-se aos fóruns setoriais e ao trabalho de incentivo à reativação dos fóruns regionais de

secretários e dirigente es culturais e destacou que o ambiente da IV CEC estava sendo muito propícia a essa sensibilização. Sobre o GT 18, referente ao Programa Cultura Viva, sugeriu a minuta de uma lei para o programa estadual Cultura Viva como um possível direcionamento para o trabalho do GT. A conselheira titular de Pontos de Cultura, **Elizabeth Santiago**, informou que GT havia conseguido terminar uma proposta, mas que no final do ano de 2017 o MINC decidira finalizar o programa; que os pontos de cultura continuavam vivos, que as redes continuavam se articulando, independente do MINC e da Fundarpe; que era importante garantir a continuidade do programa e concordou com **Silvana Meireles** quanto à necessidade de se criar um novo formato para o Programa; reafirmou a necessidade de se continuar lutando pela manutenção do programa Cultura Viva. A Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, apontou a possibilidade de proposta de projeto de lei para a criação do programa cultura viva estadual estabeleceu como **encaminhamento a apresentação ao CEPC-PE de uma minuta de projeto de Lei pela conselheira Elizabeth Santiago na reunião ordinária do mês de março.** A secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles** retomou a apresentação apontando que, em relação ao GT 19, de democratização dos acessos aos meios de comunicação, o Assessor de Comunicação da Secult/Fundarpe Tiago Montenegro apresentaria aos presentes os resultados. A conselheira titular de Arquitetura e Urbanismo, **Vânia Avelar**, falou que os canais de comunicação do CEPC-PE com o povo têm que ser bem trabalhados e que a história que escrita pelo CEPC-PE seja disponibilizada nesses espaços de comunicação. Quanto à regionalização, a conselheira falou sobre a necessidade de se fazer política pelo tipo de atividade e não apenas pela distribuição geográfica dessas, unindo as ações semelhantes independente de sua localização geográfica. Com a palavra novamente, a secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, retornou à apresentação dos GTs informando que o trabalho do GT 20, de requalificação física de equipamentos, fora concluído e estava sendo implementado. Em relação ao GT 21, de política de integração de cultura, educação e lazer, solicitou que a Vice-Presidente e conselheira suplente da Fundarpe, **Antonieta Trindade**, fornecesse informações sobre seu andamento. Com a palavra, Antonieta explicou que até o momento o GT fizera um debate muito rico acerca dessa integração, considerando a participação do IFPE que apresentara propostas interessantes de cursos na área da cultura; que o grupo debatera



muito acerca do projeto *Outras Palavras*, de integração entre cultura e educação; relatou as dificuldades enfrentadas pelo grupo de trabalho por estar relacionando as questões de cultura, educação e lazer; ponderou que a sugestão de inclusão do lazer fora da conselheira **Tereza de França** e que o grupo não pode avançar nesse tema por a conselheira ter se ausentado devido a problemas de saúde; informou que as atividades do grupo deverão ser retomadas no início de abril 2018 e concluiu afirmando que o GT precisava de mais contribuição, da presença de outros conselheiros, para ir além do que está sendo feito e pensado pela Secult/Fundarpe. A conselheira suplente de Design e Moda, **Adélia Collier**, propôs que durante a apresentação do GT fosse feito o debate com o CEPC-PE. A conselheira titular da UPE, **Magdalena de Almeida**, opinou que já poderia ser feita uma apresentação dos resultados iniciais daquele GT para o Conselho, de forma a promover o debate e os avanços das questões ali colocadas, inclusive com a ausência da conselheira Tereza de França, já que o grupo conseguira avançar na integração de cultura e educação, mas não conseguira avançar na integração da cultura e lazer. A conselheira de Pontos de Cultura, **Elizabeth Santiago**, pediu a palavra para sugerir a inclusão da agressão cometida pela vereadora Michelle Collins ao povo de terreiro na pauta da reunião; informou sobre a manifestação ocorrida naquela data na Câmara dos Vereadores; afirmou estar de posse de documentos que precisavam ser apresentados aos conselheiros; apresentou a nota de repúdio, redigida pela rede de mulheres de terreiro de Pernambuco, sobre o evento promovido pela vereadora na praia de Boa Viagem, que incentivava a intolerância religiosa e discriminação dos povos e religiões de origem africanas; mencionou o fechamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos por motivos de inadequação salarial; alertou para o nível de representatividade dos direitos humanos no país e destacou o cargo da vereadora Michelle Collins de presidente da comissão de direitos humanos na Câmara de Vereadores do Recife; alertou para o processo de perda de direitos ocorrido no nível nacional, após o que solicitou ao CEPC-PE se posicionar frente ao processo de intolerância e à falta de respeito à cultura do povo de terreiro; afirmou que os conselheiros de cultura, representantes de uma diversidade cultural, motivo de enriquecimento do CEPC-PE, não poderiam tolerar atos de intolerância, não poderiam permitir que a comissão de direitos humanos fosse presidida por alguém que tivesse essa prática desrespeitosa. Finalizou sua fala dizendo que “Quebrar uma imagem

de Nossa Senhora da Conceição dentro de uma igreja e desrespeitar Yemanjá publicamente numa praia, tinha a mesma dimensão de desrespeito”. Falou sobre ação movida no Ministério Público contra a vereadora e citou a necessidade de uma moção de repúdio, ainda que insuficiente, mas desconhecia quais outros instrumentos poderiam ser utilizados pelo CEPC-PE para fortalecer o embate contra a vereadora e a favor da destituição de seu cargo de Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Recife. A conselheira titular de Arquitetura e Urbanismo, **Vânia Avelar**, afirmou se tratar assunto da instância do Ministério Público, mas o CEPC-PE poderia reforçar esse processo por meio de uma nota. O conselheiro titular de Música, **Newton Caivano**, sugeriu que fosse feita moção de apoio ao processo movido pelo MPPE e de repúdio à vereadora. A conselheira de Pontos de Cultura, **Elizabeth Santiago**, afirmou ser necessária a assinatura do CEPC-PE no documento apresentado pela rede de mulheres negras, além de uma nota de autoria do Conselho, e sugeriu o encaminhamento de moção ao MPPE e à Câmara dos Vereadores. Concluiu afirmando que a mobilização social seria fundamental para fortalecer esse movimento. O conselheiro titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge**, mencionou a necessidade de uma assessoria jurídica no CEPC-PE e a conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, manifestou-se a favor de uma nota técnica, visto o CEPC-PE ser o guardião das tradições culturais do estado. O conselheiro titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge**, se prontificou a redigir a moção, desde que pudesse contar informações técnicas, no que obteve o apoio da conselheira de Pontos de Cultura, **Elizabeth Santiago**, e da conselheira titular da UPE, **Magdalena de Almeida**, que se dispôs a colaborar com a redação da moção, nas questões relacionadas ao patrimônio cultural. Passando ao segundo item da pauta, o jornalista da Secult/Fundarpe, **Marcus Iglesias**, apresentou as demandas prioritárias definidas pelo grupo de trabalho responsável pela comunicação do CEPC-PE. Na sequência, o Assessor de Comunicação da Secult/Fundarpe, **Tiago Montenegro**, apresentou a página do CEPC-PE no Portal Cultura PE e a proposta de logomarca para aquele Conselho; afirmou haver limitações na página, cuja solução dependia de um upgrade; garantiu as atualizações sob a responsabilidade de sua equipe, mas não as alterações no layout, por não serem possíveis nas condições técnicas atuais; explicou que os conteúdos seriam produzidos e disponibilizados a partir das demandas das reuniões. O jornalista da Secult/Fundarpe, **Marcus Iglesias**, complementou explicitando a necessidade de reunião com

os conselheiros para definir as formas de alimentação desse conteúdo. Com a palavra, a Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, informou aos conselheiros presentes que, por meio de articulação com Zé Manoel, diretor do SESC –PE, fora marcada reunião para o dia 28/02, das 9h às 12h, na Casa dos Conselhos, com a pauta de apresentação do CEPC-PE para os gestores regionais do SESC/PE. Informou também que o jornalista do Jornal do Commercio, Márcio Bastos, solicitara uma entrevista com ela para falar sobre o CEPC-PE e ela sugerira a inclusão dos demais conselheiros, no dia 22/02, às 14h30, na Casa dos Conselhos e consultou os conselheiros sobre a disponibilidade deles. ***Propuseram-se a participar da entrevista os conselheiros Guilherme Laureano, Maria do Livramento e Elizabeth Santiago.*** Retomando a palavra, o Assessor de Comunicação da Secult/Fundarpe, **Tiago Montenegro**, consultou os presentes sobre seguir com os estudos para a logomarca, obtendo a anuência de todos. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Laureano**, sugeriu que na agenda do CEPC-PE fossem colocadas informações sobre as reuniões realizadas e suas respectivas pautas e concluiu comentando ter sentido falta de um texto de apresentação do CEPC-PE. O jornalista da Secult/Fundarpe, **Marcus Iglesias**, justificou que aquela demanda havia ficado ao encargo de alguns conselheiros, mas que não fora feito até aquele momento. A secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, sugeriu aos conselheiros a produção de artigos para constar da página do Conselho. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Laureano**, sugeriu a introdução de um clipping de notícias interessantes sobre cultura e uma aba acerca das eleições. A Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, sugeriu a inclusão das comissões setoriais numa aba da página do CEPC-PE, a fim de explicitar a articulação delas com o Conselho. Na sequência, a Presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**, leu a moção de solidariedade e pêsames redigida pela conselheira **Magdalena de Almeida** em nome do CEPC-PE para o conselheiro **Jocimar Gonçalves**, havendo **aprovação por unanimidade** dos presentes. Em seguida, a presidente relatou o encontro com a EMPETUR para entrega de documento com pedido de: informações sobre contratos de apresentações artísticas e convênios que estariam relacionados como “restos a pagar”; solicitação do cronograma de pagamento de empenhos; dos critérios utilizados para o pagamento dos empenhos e do plano de contratação para o exercício de 2018, documento a ser respondido num prazo de 15 dias contados a partir da data de entrega e concluiu comunicando o recebimento naquela

data de uma solicitação de dilatação de prazo encaminhada pela EMPETUR. Com a palavra o Chefe de gabinete da Secult, **Severino Pessoa**, fez esclarecimentos acerca da situação orçamentária do CEPC-PE para o ano de 2018; informou que os custos com a manutenção da Casa dos Conselhos é de cerca de R\$28mil e que a previsão orçamentária em LOA é da ordem de R\$10mil e que fora solicitada suplementação orçamentária à SEFAZ; explicou sobre a ajuda orçamentária da SEDUC, realizada até o ano de 2017 e sobre a proposição de transferência da administração do prédio da “Casa dos Conselhos” do IPHAN para a Fundarpe. Sobre o expediente dos conselheiros, informou que a equipe que atuava na Casa dos Conselhos era da SEDUC e que aqueles funcionários tinham carga horária de trabalho de 6h e, portanto, as atividades dos conselheiros poderiam acontecer das 8 às 13h. Acerca da eleição do CEPC-PE, informou que o mandato seria até 17/06/2018; lembrou que no processo eleitoral passado foram realizados 17 fóruns no Recife mas com o orçamento atual não existia margem ou tempo hábil para serem feitos fóruns no interior, propondo a manutenção do modelo da eleição passada; falou sobre a proposta de alteração dos assentos e ponderou não ser recomendável fazê-la por depender de um decreto cuja tramitação exigiria um tempo de que não se dispunha. Em relação ao pagamento do jeton do CEPC-PE, informou que o processo encontrava-se na Secretaria de Administração-SAD e que ainda não fora enviado para a ALEPE. Quanto à Lei 14.104, relatou que continuava o impasse com a Empetur e que ainda não havia se chegado a um consenso sobre a apresentação de um documento único, mas uma proposta possível seria que ambas as instituições propusessem seus projetos de lei e que o Palácio do Governo fizesse as considerações acerca de cada um. Em relação à comissão eleitoral, explicou que não poderia haver a participação de conselheiros, por alguns serem candidatos e apontou como questões: 1. A manutenção do formato usado no CEPPC, no qual o conselheiro não fazia parte da comissão eleitoral; 2. A possibilidade de participação na comissão eleitoral dos conselheiros que não teriam intenção de se recandidatar; 3. A retirada de comissão para acompanhamento da comissão eleitoral, visto que esse acompanhamento deveria ser semanal e comprometeu-se a apresentar a proposta de calendário na próxima reunião, com cerca de 20 fóruns iniciados em março. Sobre o processo eleitoral informou: 1. as inscrições seriam pela internet e presencialmente na SECULT, no início de março; 2. a realização dos fóruns setoriais com o quórum mínimo de 5 pessoas, podendo ser 3

com base na experiência da eleição anterior; 3. O número de 20 delegados eleitos; 4. a plenária final será para a eleição, por segmento, de 1 titular e 1 suplente. Iniciado o debate, o conselheiro titular de artesanato, **Nivaldo Jorge**, opinou que deveria ser mantido o quantitativo de 5 pessoas como número mínimo de participantes do fórum. A conselheira titular de Arquitetura e Urbanismo, **Vânia Avelar**, opinou que caso tivessem apenas 2 pessoas no fórum que configurassem 1 titular e 1 suplente, o fórum deveria ser mantido. A conselheira suplente de artesanato, **Maria do Livramento**, pediu que o calendário fosse enviado por e-mail para agilizar a discussão junto ao CEPC-PE. O conselheiro suplente de música, **Guilherme Laureano**, sugeriu rever pontos no edital de eleição, como, por exemplo, o número de votos; expressou sua preocupação com os fóruns realizados na mesma semana da IV CEC – PE e propôs seu adiamento para data posterior à Plenária Final da IV Conferência; lembrou a necessidade de envolvimento das comissões setoriais nesse processo; relatou as dificuldades de apresentação de documentos e a necessidade de desburocratizar os processos, dando como exemplo a abertura de possibilidade de inscrições com apresentação documental presencial, e defendeu a diminuição da quantidade de pessoas na plenária final. O Chefe de gabinete da Secult, **Severino Pessoa**, esclareceu que as inscrições teriam que durar 15 dias e a Secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, propôs avaliar o cancelamento da plenária final e a realização das eleições exclusivamente nos fóruns, com a concordância da presidente do CEPC-PE, **Paula de Renor**. Esta afirmou que o voto nos conselheiros deveria ser apenas de seus pares; que na plenária final da última eleição as pessoas presentes não se conheciam, dificultando o voto. A secretária do CEPC-PE, **Silvana Meireles**, recuperou a ideia de colégio eleitoral do Secretário Marcelino Granja, como uma forma de romper uma visão segmentada favorecendo o olhar geral sobre a política cultural. O chefe de gabinete da Secult, **Severino Pessoa**, esclareceu que essa mudança implicaria na alteração do texto do Decreto e que levaria essa proposta para análise na SECULT/Fundarpe. O conselheiro titular de Artesanato, **Nivaldo Jorge**, posicionou-se contra a não apresentação de documentos no momento da inscrição dada pelo conselheiro Guilherme, referiu que este trâmite é comum a qualquer edital. O Chefe de gabinete da Secult, **Severino Pessoa**, informou a retirada da exigência de RG e CPF na inscrição do CEPC-PE, mas aconselhou a apresentação de documentos de vínculo com o segmento. A conselheira titular de

Arquitetura e Urbanismo, **Vânia Avelar**, opinou que a falta de documentos não poderia ser eliminatória. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Laureano**, defendeu a desburocratização do processo e comprovação da atuação do candidato no segmento. O chefe de gabinete da Secult, **Severino Pessoa**, lembrou a necessidade de definir a composição da comissão eleitoral e propôs os nomes de Teca Carlos, Ana Paula Reis, Celia Campos e dele, além de uma pessoa indicada do CEPPC. Comprometeu-se a enviar para o e-mail dos conselheiros a composição da comissão, o calendário e o edital, para leitura contribuições e aprovação. Concluindo, consultou a presidência sobre a escolha naquela reunião de uma comissão para auxiliar a comissão na resolução de problemas e dúvidas e para acompanhamento do processo eleitoral, sendo orientado a encaminhar para ela as dúvidas, de forma que ela pudesse compartilhá-las com os demais conselheiros e resolver as questões diretamente com a comissão eleitoral. O conselheiro suplente de Música, **Guilherme Laureano**, pronunciou-se favorável à prorrogação das inscrições até a realização da plenária estadual final da IV Conferência, porém o chefe de gabinete da Secult, **Severino Pessoa**, explicou a dificuldade de prorrogar as inscrições em virtude da necessidade de prazo para recursos, todavia comprometeu-se a analisar o calendário com o objetivo de atender à sugestão do conselheiro. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, retornou ao tema da utilização da Casa dos Conselhos e ressaltou a necessidade de trabalhar com base no orçamento do CEPC-PE para contemplar a manutenção de suas atividades e consultou sobre dias e horários para utilização do espaço pelos conselheiros, além dos dias de reunião ordinária. Em resposta, o chefe de gabinete da Secult, **Severino Pessoa**, informou os dias de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h, ressaltando problemas com o funcionamento da internet, computador ou telefone, naquele momento. A conselheira suplente de Artesanato, **Maria do Livramento**, solicitou registro em ata que queria comida, diversão e arte. A conselheira titular de Arquitetura e Urbanismo, **Vânia Avelar**, perguntou sobre a participação dos conselheiros no Fórum Mundial Social. Em resposta, a secretária do Conselho, **Silvana Meireles**, ponderou não haver convite oficial do Fórum dirigido ao Conselho o que justificaria a indicação de um representante e sugeriu à presidência do CEPC-PE o envio de solicitação de apoio à participação de um conselheiro, para análise da Secult. Finda a discussão, foram definidas como pautas para a reunião seguinte os temas: orçamento



da SECULT e da Fundarpe e proposta de Lei Estadual do Cultura Viva. E nada mais havendo a tratar eu, Silvana Lumachi Meireles, lavro a presente ata que será apreciada pelos presentes à reunião e, depois, havendo concordância de todos, deverá ser aprovada pelos conselheiros participantes da referida reunião.

Recife, 21 de fevereiro de 2018.

*Silvana Lumachi Meireles*  
(Secretária do Conselho)

**Sociedade Civil (titulares):**

Vania Avelar de Albuquerque – Arquitetura e Urbanismo

Nivaldo Jorge da Silva – Artesanato

Masayoshi Matsumoto – Gastronomia

Juliana de Albuquerque Silva – Literatura

Paula de Renor – Teatro

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira – Pontos de Cultura

Lucas Alves Vasconcelos – Zona da Mata

**Sociedade Civil (suplentes):**

Maria do Livramento Aguiar – Artesanato

Maria Adelia Pessoa Collier – Design e Moda

Guilherme Laureano Coelho de Moura – Música

**Poder público (titulares):**

Márcia Maria da Fonte Souto – Fundarpe

Nelino José Azevedo de Mendonça – Secretaria de Educação

Jurema Regueira Arabyan Monteiro Rosa – Sec. Ciên. e Tec.

Magdalena Maria de Almeida – Universidade de Pernambuco

Félix Galvão Batista Filho – Arquivo Público

**Poder público (suplentes):**

Maria Antonieta da Trindade Gomes Galvão – Fundarpe

Silvana Lumachi Meireles – Secult

Mariana Ramos Barbosa Pontual – Sec. Just. e Dir. Humanos

Sandra Maria Pagano – Sec. Des. Econômico.